

Memória como construção de caminhos plurais: o conhecimento a partir da escuta e da palavra

Andréa da Silva Montechiare Pires¹

Gisela Giannerini²

Renata Montechiare³

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v15i29.67203>

Resumo: O artigo aponta para uma direção ético-teórica que se opõe ao que usualmente vem sendo tomado como “discurso do outro”, pressuposto apoiado na ideia de um “eu” universal. Parte da necessidade de revisitar as bases sob as quais o campo acadêmico tem produzido e eleito, com maior ou menor aprovação, determinados saberes. Discute, a partir desta perspectiva, modos de conhecer que ouçam a pluralidade de vozes existentes e reconheçam o caráter múltiplo das histórias. Por meio de abordagens sobre memória e seus debates, propõe um diálogo entre episódios e histórias, representações e narrativas que disputam quais vozes ecoam registros coletivos. O discurso hegemônico passa a ser, então, confrontado quando mais narrativas são consideradas e reconhecidas enquanto saberes. O trabalho sugere consideração sobre a produção de conhecimento que reposiciona os sujeitos, usualmente tomados como objetos de pesquisa, como voz ativa.

Palavras-chave: memória; patrimônio cultural e histórico; história oral; narrativas; sujeitos; histórias plurais.

Memory as the construction of plural paths: listening as a common reference point and knowledge through words

Abstract: The article explores an ethical-theoretical perspective that challenges the dominant notion of the “discourse of the other,” which assumes a universal “I.” It calls for a reassessment of the foundations on which academic knowledge is produced and legitimized. From this perspective, it highlights the

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Psicóloga atuante no campo da saúde mental pública, pelo município de Niterói e pela UFF. E-mail: andreasmp@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8805-9683>.

² Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrou o Projeto de História Oral e o Programa de Memória e Formação do Inst. Municipal Nise da Silveira/RJ. Servidora da Fundação Municipal de Saúde de Niterói. E-mail: gisela.giannerini@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6040-6078>.

³ Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil, E-mail: rmontechiare@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2466-5843>.

Recebido em 31/03/2025, aceito para publicação em 06/10/2025.

importance of engaging with multiple voices and histories. By addressing memory and its debates, the article examines how narratives, representations, and accounts compete to define which voices shape collective records. It argues that hegemonic discourse is challenged when diverse narratives are considered. Finally, it advocates for a knowledge production process that repositions research people - traditionally treated as objects of research - as active voices.

Keywords: memory; cultural and historic heritage; oral history; narratives; subjects; plural stories.

Memoria como construcción de caminos plurales: la escucha como marco común y el conocimiento desde la palabra

Resumen: El artículo apunta a una dirección ético-teórica que se opone a lo que habitualmente se ha entendido como “discurso del otro”, y que tenía como presupuesto fundacional un “yo” universal. Parte de la necesidad de revisar las bases sobre las cuales el campo académico ha producido y elegido, con más o menos aprobación, ciertos conocimientos. Desde esta perspectiva, se discuten formas de saber que escuchan la pluralidad de voces existentes y reconocen múltiples historias. A través de aproximaciones a la memoria y sus debates, propone un diálogo entre episodios e historias, representaciones y narrativas que disputan qué voces hacen eco de registros colectivos. Luego se confronta el discurso hegemónico cuando se consideran más narrativas. El trabajo sugiere considerar la producción de conocimientos que reposiciona a los sujetos, objetos de investigación, como una voz activa.

Palabras clave: memoria; patrimonio cultural e histórico; historia oral; narrativas; sujetos; historias plurales.

Memória como construção de caminhos plurais: o conhecimento a partir da escuta e da palavra

De qual Sujeito se trata?

Em diálogo entre saberes, tomamos as diferentes contribuições do campo das ciências sociais, da antropologia, da história, da psicanálise e da psicologia social para discutir a categoria “memória” e a perspectiva das “narrativas” enquanto possibilidades epistêmico-metodológicas que ofereçam suporte a pesquisas e projetos, em vistas de uma direção decolonial.

Partimos de uma posição de que é preciso revisitar criticamente sob quais bases o campo acadêmico tem majoritariamente construído, ao longo do tempo, o seu acervo de produções e elegido com maior ou menor aprovação determinados saberes na produção de conhecimento.

Sob o olhar foucaultiano com o conceito de “dispositivo” (Foucault, 1979, apud Carneiro, 2023, p. 27) – “um conjunto decididamente heterogêneo

que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares [...] enunciados científicos, proposições filosóficas, morais" o qual desvela articulações e opera poder – interessa-nos pensar que também historicamente a produção de conhecimento, em especial acadêmica, não esteve desatrelada da disputa de forças, e consequentemente de suas hegemonias de poder e político-sociais.

Refletimos aqui sobre a constatação de certa repetição sobre o modo como sujeitos são falados, pensados, discutidos, analisados, dissecados em projetos, políticas e pesquisas. Sujeitos que, colocados no lugar de voz passiva, parecem ser destituídos de seus lugares de Sujeitos cognoscentes, produtores sociais diminuídos da possibilidade de falar em primeira pessoa, para a posição de objeto. Objetos de pesquisa, passivos.

Curiosamente, neste processo objetificante, aqueles que, pela lógica tradicional de pesquisa, usualmente se compreendem como pesquisadores supostamente neutros, ocupam posições bastante ativas e determinantes sobre quem, e de que modo, pode falar. Falar sobre e falar

por, na autocritica acadêmica de Spivak (2010), produz subalternidade. Pelo sujeito silenciado falam contra, a favor, em defesa, sob críticas, embora nunca por meio de sua própria voz.

Por outro lado, ele é objeto de investigação – de “alteridade”, “exotismo” –, do “intelectual”, sobretudo europeu, mas também colonial, que com frequência toma seus valores próprios e forma de compreender o mundo como premissas normativas universais. Assim, a perspectiva daquele que é subalternizado não é computada e sua visão de mundo não alcança a mesma possibilidade para contribuir com a história e a memória coletiva daqueles que podem falar.

Intervir ativamente nas formas de produção de conhecimento, revelando o sujeito supostamente “transparente” sobre o qual se fala, torna-se, portanto, a direção contra hegemônica sugerida (Spivak, 2010). Na autocritica, a autora revela o esforço de reescrever uma história alternativa à dominante, reconhecendo, ainda assim, a representação de uma voz que segue ausente.

Nesta direção, Grada Kilomba (2020) aponta que, nestes processos metodológicos, há um “mito de

neutralidade”, tal como nomeia. Para a autora, o conhecimento vem há muito tempo sendo produzido por outros saberes e vozes que não as dominantes, porém rejeitados “sob o argumento de não constituir ciência credível” (Kilomba, 2020, p.53). Isto porque, pelo lugar de poder que ocupam as vozes dominantes, as perspectivas dos subalternizados são com frequência tomadas pelo viés de uma “subjetividade”, isto é, julgadas como se menos racionais, menos objetivas, mais imprecisas cientificamente por supostamente serem baseadas em interpretações movidas pelo campo das emoções. Visão esta que denuncia o olhar dominante carregado das antigas noções de primitivismo versus civilização, ao ler sua própria voz como uma ciência dita neutra, objetiva e universal, livre e distante de posições subjetivas e históricas, as quais são colocadas, portanto, no “outro”.

O outro, visto que, subalterno, pré-lógico, emocional, não constitui ciência credível. O “eu universal”, civilizado, racional, é quem produz ciência. Segundo a autora (Kilomba, 2020, p.58), a afirmação de um discurso científico neutro e objetivo,

usualmente racializado e ocidentalizado, não reconhece o fato de que a teoria é sempre escrita a partir de alguma realidade, história e lugares específicos, e por alguém, havendo então aí, lugares de poder. De acordo ainda com Kilomba, existindo assimetria de poder entre grupos, haverá também assimetria nos seus acessos aos “recursos necessários para implementar as próprias vozes” (idem, p.52). Falar e ser escutado, neste modelo, nunca foi uma possibilidade para todos os grupos sociais.

Em conformidade com a autora, ao considerarmos que a epistemologia e, consequentemente, seus métodos para produção de conhecimento devam ser problematizados e revisados em suas bases, em uma perspectiva decolonial, optamos por uma direção ético-teórica que se reposiciona e se opõe ao que usualmente vem sendo tomado como “discurso do outro”, e que contava com um pressuposto fundante de um “eu” enquanto universal.

Atravessadas por diferentes percursos relacionados a populações minorizadas, frequentemente relegadas ao lugar de atores ocultos na história, reunimos aqui perspectivas

que nos conectam em direção à defesa de modos de conhecer que ouçam a pluralidade de vozes existentes, reconheçam histórias múltiplas, pluriversais, posto que as compreendemos em permanentes disputas, onde não nos interessam somente as versões exclusivas dos “vencedores”.

Deste modo, discutiremos neste artigo a memória e o instrumento das narrativas orais, enquanto ferramentas capazes de possibilitar outro modo de inscrição e pertencimento histórico, em contraponto à ideia de história única, alheia à noção de que ela é sempre construída por alguém em um determinado tempo.

Memória, saber, história, ideologias

Reconhecendo que os saberes são plurais e que estão presentes nas experiências dos diferentes sujeitos, compreendemos que sua produção se dá para além da concepção hegemônica de se fazer ciência, no discurso que, muitas vezes, é tomado como marginal ou secundário a uma pesquisa.

Pensar as matizes entre história e memória sob a perspectiva do particular e do universal nos leva de

encontro ao que, historicamente, tem sido a construção dos saberes universais a partir de uma perspectiva predominantemente ocidental e eurocentrada. Quem são os grupos que detêm os lugares de saber e reconhecimento? Pierre Nora (1993), historiador francês, importante pensador sobre memória, traz um apontamento nesse sentido quando cita que:

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. (Nora, 1993, p.9).

À luz de Lélia Gonzalez – intelectual, antropóloga, educadora e ativista negra brasileira – que, com seu modo ímpar de produzir conhecimento, articulava saberes ditos eruditos com a cultura e modo de expressão popular, tomamos uma fina e relevante distinção que nos auxilia nesta compreensão. No texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (Gonzalez, 2020), ao diferenciar as noções de memória e de consciência, Lélia nos apresenta a ideia

de que os conhecimentos tomados como oficiais são escolhas por determinadas perspectivas, as quais podem, neste processo, ocultar outras existentes.

Isto porque, em um diálogo aparentemente próximo à psicanálise freudiana, Gonzalez aponta que há um saber na consciência, mas que este ocupa um lugar de alienação pelo fato de ignorar outros saberes igualmente existentes e por ela encobertos. Tal qual a orientação freudiana⁴, conteúdos da consciência não correspondem à totalidade da dinâmica psíquica, mas apenas a uma parte, àquela que foi possível vir à tona a partir de processos psíquicos que bloqueiam outros conteúdos através do encobrimento, do esquecimento. Conteúdos “latentes”, no entanto, podem vir a manifestar-se.

Já a memória para autora, estaria a um nível menos visível, referida a um saber que ainda tem a potência em emergir, em restituir a história que não foi escrita, ou mesmo rejeitada a ser conhecida pelo próprio

processo da consciência. Segundo Gonzalez (2020, p.79), o tipo de saber da memória não apenas porta conhecimento, como também carrega em si o poder de modificar uma história.

Ao trazer tais noções, Gonzalez problematiza como, portanto, a depender da cultura e contexto dos Sujeitos a quem a palavra é mais ou menos ouvida, a memória poderá ser colocada à margem, enquanto a consciência – no seu lugar de racionalidade – poderá ser tomada socialmente como discurso dominante.

Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se

⁴ “Tudo que é consciente tem um estágio preliminar inconsciente, ao passo que aquilo que é inconsciente pode permanecer nesse estágio, e, não obstante, reclamar que lhe seja atribuído o valor pleno de um processo psíquico. O inconsciente é a verdadeira

realidade psíquica [...] e é apresentado de forma tão incompleta pelos dados da consciência quanto o mundo externo pelas comunicações de nossos órgãos sensoriais” (Freud, [1900] 2001, p.584).

expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, a consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancas do discurso da consciência [...] E no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo pra nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala (Gonzalez, 2020, p.79).

Tomamos essa diferenciação trazida por Lélia, aproximando ainda a “consciência”, nesta relação com o discurso dominante, à ideia da “história oficial”, à história registrada justo como lugar de discurso representante de uma verdade. Em contraponto, o espaço à memória e às existências de outras narrativas poderia evitar o risco o qual aponta a escritora negra nigeriana, Chimamanda Ngozi Adichie (2019), do “perigo de uma história única”.

Conforme proferiu na palestra que deu origem à publicação, através de diversas cenas cotidianas vividas oriundas de colonialismos em que a autora ora se viu enxergando o mundo apenas por uma história única, e outras, foi vista por este prisma, Adichie

nos chama a refletir sobre o quanto fragilizamos a experiência e os Sujeitos diante de histórias que são contadas e cristalizadas apenas por um ângulo.

A história tratada como única e universal deduz antecipadamente, espera com certezas, e cria estereótipos, que tal como a autora afirma, são incompletos. Suas consequências, segundo a mesma, são o roubo da dignidade das pessoas e obstruções ao reconhecimento de suas humanidades. Adichie (2019, p.23) demonstra, contudo, que as histórias não se tornam únicas por mero acaso, mas por uma repetição insistente ligada a um exercício de poder, o qual apaga outras possibilidades e estreita a visão, encobrindo e simplificando o debate.

É impossível falar sobre história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo no qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio do *nkali*: como elas são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (Adichie, 2019, p.23).

Nesse sentido, em conformidade com a perspectiva da pesquisa centrada em sujeitos, trazemos as narrativas como instrumentos metodológicos que tratam a ênfase nas percepções e discursividades dos Sujeitos que sejam transmitidas por eles próprios. Onde “tem-se o direito de ser um sujeito – político, social e individual – em vez da materialização da Outridade, encarcerada no reino da objetividade.” (Kilomba, 2019, p.81).

Interessa-nos interrogar as bases dessa construção e apostar em metodologias de produção de conhecimento por uma perspectiva que multiplica o número de vozes pela escuta de sujeitos que ocuparam diferentes lugares. Assim, novos testemunhos passam a integrar a memória, a partir de um acervo de histórias de vidas e situações significativas vividas por diferentes grupos de pessoas. O investimento na dimensão coletiva da memória remete a um de seus lugares na contemporaneidade, o qual é o de objeto de jogos de poder.

A memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser

lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro” (Kessel, 2003, p.4).

Consideramos, portanto, que capilarizar a narrativa histórica a partir de outros campos e métodos de produção de conhecimento é o que permite revisitar memórias variadas, de atores sociais diversos, incluindo as perspectivas daqueles que usualmente têm sido vistos “abaixo”. A provocativa ideia de uma “história vista de baixo”, proposta pelo historiador Paul Thompson (1966) subverte a tradição histórica ao valorizar o fato de que a palavra daqueles que têm suas experiências minorizadas possa construir saberes a partir de visões de mundo. É nessa linha que temas, culturas, costumes e eventos historicamente negligenciados passam a ocupar lugar, em oposição à história concebida a partir de pessoas estranhas e alheias à realidade sobre a qual falavam.

Recuperar os debates mais recentes sobre memória, portanto, nos ajuda a localizar os Sujeitos, ora com suas vozes únicas e histórias de vitórias e conquistas, ora com vozes subalternas (Spivak, 2010) e

emergentes – em um contexto de proeminência dos estudos decoloniais e antirracistas.

As várias memórias

A partir dos anos 1970, os estudos da memória ganharam espaço nas pesquisas acadêmicas, mas também nas práticas cotidianas dos diferentes grupos, em uma constante retroalimentação. Esse universo associa-se, então, ao campo do patrimônio cultural, em função das coleções de museus, mas também da perspectiva histórica, das celebrações, efemérides, monumentos e marcadores simbólicos de narrativas coletivas⁵. Há um lastro de abordagens sobre memória e aqui nos interessa refletir sobre em que medida lembrar, representar e narrar encampam as novas referências e disputas de poder, como acima nos lembrou Chimamanda Ngozi Adichie sobre o perigo da história única.

Essa expansão dos estudos sobre memória ocorre por meio da

revisão das abordagens psicológicas, biológicas e fisiológicas até então predominantes nas primeiras décadas do século XX. Lembrar tratava-se de uma função orgânica do indivíduo, deixando rastros de aprendizagem no cérebro que davam pistas sobre plasticidade neural, capacidade de memorização e armazenamento, reflexos e comportamentos condicionados, numa leitura mecanicista e empírica.

Maurice Halbwachs (2013), intelectual que na primeira metade do século XX restabeleceu os paradigmas desses estudos, propõe a memória em sua dimensão coletiva, extrapolando a perspectiva individualizada e privada. Para o autor, a memória não apenas é coletiva, como é uma construção social, o que significa que lembramos enquanto nos reconhecemos como parte, sendo a relação entre indivíduo e coletividade encarregada de alimentar e formar a memória. Nesta chave, a memória seria um “patrimônio comum de recordações” (Rios, 2013, p. 4) que

⁵ Um dos exemplos desta expressão de mudanças no campo das artes foi a Exposição Histórias afro-atlânticas que ocorreu entre os dias 29 de junho e 21 de outubro no Museu de Arte de São Paulo (MASP). A Mostra contou

com 450 obras de arte sobre as relações entre América, Caribe, África e Europa, dando lugar de destaque a artistas negros como Emanuel Araújo, Maria Auxiliadora, Heitor dos Prazeres, Rosana Paulino, entre outros.

funciona na medida em que – e enquanto – produz ressonância no grupo (Gonçalves, 2005).

Se um grupo social é agente gerador de memórias – seja uma família, um coletivo ou uma nação – estas são compostas por testemunhas que reforçam ou enfraquecem aspectos que serão contados sobre determinados acontecimentos circunscritos a um tempo. Para Halbwachs (2013), o indivíduo é o instrumento da memória do grupo, pois só ele é capaz de lembrar.

Porém, ainda segundo o autor, os acontecimentos do passado não têm qualquer compromisso com a correspondência exata de sua reprodução. Grande parte desses acontecimentos é esquecida e são justamente os vínculos sociais que determinarão o que será lembrado coletivamente. Nesse debate, a diferença entre lembrança e memória é interessante, visto que a memória é sempre uma produção, atualizada no presente. A constituição da memória alinha-se às conjunturas do atual: quem tem voz amplamente ouvida para manifestar sua lembrança? E quem detém poder para fazer valer seu ponto de vista sobre o que passou?

Dessa maneira, o passado é constantemente reinterpretado à medida que as condições do presente se transformam continuamente. A memória é, portanto, construída pelos grupos sociais na exata medida em que os constrói. Lembrar e esquecer coletivamente são partes do mesmo processo, que não ocorre sem disputas, nem tampouco é permanentemente estável.

Em diálogo com Halbwachs, Myrian Sepúlveda dos Santos estuda monumentos, museus e coleções como celebradores de passados, mas também como marcadores das disputas sobre os vários passados. Há um amplo debate sobre espaços e materialidades que dariam suporte à memória, seja nas ciências sociais (Yates, 2007; Forty, 1999; Nora, 1993; Didi-Huberman, 2013), seja na literatura ficcional – como na célebre cena das madeleines mergulhadas na xícara de chá que ativam a memória do narrador em “Em busca do tempo perdido” (Proust, 2006). Lugares e objetos são acionados por meio de imagens e narrativas como sendo capazes de incidir sobre a forma como indivíduos e grupos lembram, sentem e expressam o passado.

Os estudos de Sepúlveda sobre arquivos e documentos da tortura na ditadura militar brasileira utilizam os mesmos suportes, objetos, documentos, fotografias que antes legitimaram a ação do Estado: “Os arquivos, artefatos e relatos do passado têm sido utilizados como provas de um passado que foi deliberadamente esquecido pelas versões oficiais da história” (Santos, 2006, p. 99). Assim, as posteriores iniciativas de reparação às vítimas ativam testemunhas materiais antes deixadas de lado nos relatos autorizados e na história oficial. Portanto, os índices que conferem veracidade aos fatos não são absolutos, pois são exaltados ou diluídos em meio às disputas em torno de interesses conflitantes (Araújo & Santos, 2007).

Esses estudos da memória que recuperam dimensões de traumas coletivos ganharam impulso nas análises sobre o Holocausto nos anos 1980, numa série de acontecimentos sociais e midiáticos que recuperaram tanto a história dos judeus quanto do nazismo (Huyssen, 2004). Passado, presente, memória e esquecimento são os pilares de análises como as de

Andreas Huyssen (2004) e Adrian Forty (1999, que expõem o confronto entre pelo menos, duas grandes escolhas: destacar material e simbolicamente um acontecimento para ser lembrado, ou construir estratégias para apagar a lembrança, enfatizando o direito a esquecer. Em ambos os casos, não sem disputas e negociações.

O debate em torno da pertinência ou não da produção e lugares de memória relacionados a eventos traumáticos e desumanos, somado, eventualmente, ao uso de recursos de simplificação ou de recursos estéticos, desdobra-se de forma interessante a ser notada. Memórias difíceis precisam ser amortecidas ou “embelezadas” para tornar mais palatável de serem contadas? Há verdade quando são criados lugares quase fictícios destinados a lembrar uma memória traumática?

O filósofo e historiador Georges Didi-Huberman, no livro “Cascas” (2017), registro de sua visita ao museu de Auschwitz-Birkenau, faz uma interrogação sutil à produção de memória do Holocausto, que aqui apostamos poder se estender para pensar a disseminação de temas

sensíveis. Sobre o livro que começa a partir de três lascas de árvores, tomadas como três lascas de tempo, “pedaços de memória”, Ilana Feldman já na contracapa faz menção a uma entrevista feita com o autor em que afirma que seu trabalho consiste em:

fazer da dor, e, logo, da história e das emoções que a acompanham, nossos bens comuns, isto é, partilháveis e transmissíveis. Pois é somente com a transmissão que nos tornamos capazes de não nos resignar diante dos impasses do entendimento (Didi-Huberman, 2017, p.95).

O argumento do extermínio étnico torna-se manifesto em questões sociais nos anos 1990, em especial no que se refere aos refugiados e imigrantes, à dissolução da Iugoslávia e à escravidão africana nas ex-colônias. Na América Latina, crescem as manifestações e a visibilidade em torno dos desaparecidos políticos das ditaduras cívico-militares, com movimentos sociais como as *Abuelas de Plaza de Mayo*, na Argentina, e o Grupo Tortura Nunca Mais, no Brasil. Movimentos com forte trabalho de

produção de uma memória coletiva, que Michael Pollak lembrará da ligação desta com aquilo que a sociologia nomeia como “identidades coletivas”:

Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo [...] o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (Pollak, 1992, p.7).

Assim, construções de museus, audiovisuais e centros de cultura e pesquisa, o pagamento de indenizações às vítimas da violência de Estado, celebração de efemérides e manifestações públicas de revisão do passado entram na ordem do dia, culminando na experiência brasileira contemporânea, a Comissão da Verdade⁶, experiência anteriormente adotada na África do Sul pós-Apartheid.

De nossa parte, compreendemos que a transmissão por meio da produção de memórias é o caminho fundamental para não haver dilemas ou relativizações na compreensão de memórias difíceis. Recentemente, por exemplo, o Brasil

⁶ A Lei Nº 12.528/2011, de 18 de novembro de 2011, determinou a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Efetivamente inaugurada em 16 de maio de 2012, a CNV foi

criada para apuração das violações de direitos humanos ocorridas no país entre 1946 e 1988, no âmbito da repressão praticada pelos governos militares.

viveu um retrocesso político, somado a um avanço da extrema direita mundialmente, que teve como um dos efeitos o questionamento – ou mesmo ironização – quanto à existência da ditadura militar no país. Michael Pollak aponta que:

se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos" (Pollak, 1992, p.5).

Nesse sentido, o trabalho da Comissão da Verdade e a insistência em produzir memória e dar a ela lugar são também reafirmar um estatuto ético e político para elas, possibilitando um sentido e compromisso partilhados socialmente, para que não se repitam.

Todo este movimento internacional que atravessou o século XX influenciou e foi influenciado pela diplomacia. Ainda que as políticas de memória sejam contemporaneamente

concebidas como elos de articulação social e reparação histórica, estão imersas em seus campos de disputa. Na perspectiva de Forty (1999), para fazer parte é preciso estabelecer consensos sobre quais memórias se quer apagar, ainda que o próprio autor se alinhe à perspectiva freudiana sobre o não apagamento por completo, mantendo-se registrado de forma inconsciente e ativado de tempos em tempos:

Em vez de a perda de memória ocorrer através do desgaste passivo do tempo, como no modelo aristotélico, Freud postulou-a como a força ativa; em vez de ser natural e involuntário, Freud enfatizou que "o esquecimento é muitas vezes intencional e desejado". Em certo sentido, o propósito da psicanálise não era a cura da memória, mas sim fornecer ao paciente os meios para esquecer verdadeiramente o material reprimido do qual ele seria vítima. Como Freud observou certa vez. O objetivo era dar aos pacientes a "liberdade de decidir de uma forma ou de outra", se lembram ou esquecem (Forty, 1999, p. 5, *tradução nossa*).⁷

⁷ No original: "*Rather than memory loss taking place through the passive attrition of time, as in the Aristotelian model, Freud posited it as the active force; rather than being natural and involuntary, Freud stressed that 'forgetting is often intentional and desired'. In a sense, the purpose of psychoanalysis was not a memory*

cure, but rather to provide the patient with the means to truly forget the repressed material of which they were otherwise the victim. As Freud once remarked. The aim was to give patients the 'freedom to decide one way or the other', whether to remember or forget' (Forty, 1999, p. 5).

No contexto dos traumas coletivos aos quais Forty se dedica, estabelecer consensos sobre o que reter na memória e o que esquecer coletivamente são parte do programa socialmente estabelecido. No debate aqui presente, que evoca prioritariamente experiências afro centradas e “subalternas”, conforme o conceito de Spivak (2010), remetemos ao seu ainda não incomum apagamento compulsório, ou mesmo uso de lembranças de um modo meramente exotizante e caricatural de culturas, personalidades e histórias que divergem dos padrões brancos europeus. Nas palavras de Françoise Vergès,

O regime neoliberal [...] expondo o reconhecimento do erro e do crime pelo Estado, vem explorando um novo filão: a representação ‘positiva’ dos/as negros/as e dos/as racializados/as. Para preservar a ideologia do progresso, a decolonização está se tornando um elemento da narrativa nacional” (Vergès, 2023, p.246).

Narrativa à qual a autora radicalmente se opõe e nos instiga a pensar, junto a Olivier Marboeuf (2020), como “fugir da plantation”, isto é, como recusar posturas que enaltecem narrativas negras como “figurantes suburbanos e cenários selvagens habilmente domesticados, mas perfeitamente autênticos” (Marbouef, apud Vergès, 2023, p. 246)⁸.

Discursos que, em acordo com a autora, entendemos que podem apenas alterar sua forma, mas manter a posição igualmente caricata e dominada sobre as diferenças.

No Brasil atual, a memória e as representações afro-brasileiras ocupam o espaço disputado e conquistado por ativistas, artistas e intelectuais negros, como o recente “Projeto Memória Lélia Gonzalez: Caminhos e Reflexões Antirracistas e Antissexistas” (2025)⁹ realizado pelo Instituto Memorial Lélia Gonzalez em parceria com a Fundação Banco do Brasil e Associação dos Amigos do Cinema. O projeto retratou

⁸ (...) “Sortirons-nous du rôle de tapisseries banlieusardes et de décors sauvages savamment domestiqués mais parfaitement authentiques?” (MARBOEUF, 2020). Tradução VERGÈS, F. Descolonizar o museu - programa

de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023, p. 246.

⁹ Cf. <<https://projetoleliagonzalez.com.br/site/>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

biograficamente, por meio de mostras, debates e painéis, “uma das vozes mais proeminentes na abordagem das questões raciais e de gênero no Brasil”, Lélia Gonzalez, a qual completaria 90 anos em 2025.

Destacamos também como registros de memória, a permanência desde 2021 da imponente e inédita obra intelectual e artista plástica Grada Kilomba na Galeria Galpão no Instituto Inhotim. Na obra “O Barco”¹⁰, 134 blocos de madeira queimada relembram corpos negros escravizados dispostos em um porão da embarcação conhecida como tumbeiro. Neles estão inscritas frases de um impactante poema da autora que remontam à dura travessia da diáspora, memórias, esquecimentos, dores, mortes e revoluções.

No universo do samba, onde a temática sempre esteve presente, recentemente dois nomes tornaram-se muito comentados e ativaram contestações sobre memória: Dandara e Luisa Mahin. As mulheres foram cantadas pelo samba-enredo da escola de samba Mangueira no carnaval

carioca de 2019, que expôs a fissura social aberta a partir do assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018.

A memória das duas heroínas negras brasileiras foi celebrada na canção e, logo após, em abril do mesmo ano, o país as reconheceu por meio da inscrição de seus nomes no “Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria”, no Pantheon da Pátria, na Praça dos Três Poderes em Brasília. Dandara dos Palmares é símbolo da resistência e combate à escravidão no século XVII, assim como Luisa Mahin, participante dos levantes de escravos na Bahia, no início do século XIX.

Este ato, no entanto, não passou sem controvérsias. O debate em torno de sua inscrição no Livro foi documentado pelo jornal *The Intercept Brasil*, publicando duas matérias simultaneamente: uma contra e outra a favor (Araújo, 2019; Santos, 2019). Ambos os lados, porém, estão de acordo que Dandara e Luisa Mahin são aclamadas heroínas brasileiras, combatentes da escravidão e símbolo da resistência negra feminina. Concordam também que o racismo e o

¹⁰ Cf.
<https://www.inhotim.org.br/eventos/grada-kilomba-o-barco-2021/>.

. Acesso em: 26 mar. 2025.

machismo negaram e apagaram suas histórias e, consequentemente, a memória em torno de seus nomes. Apagaram também as de outras tantas mulheres negras, num mundo em que o protagonismo masculino e branco ainda prevalece.

O ponto de discordância está na possibilidade de afirmar ou não se ambas foram pessoas reais ou se são mitos construídos a partir de relatos. Os que acusam a academia de racista afirmam que o etnocentrismo científico é tamanho que não permite reconhecer na tradição oral a validade que comprove a existência das heroínas e de seus feitos (Santos, 2019). Do ponto de vista historicista, contrário à inscrição (Araújo, 2019), o problema está em comprar como verdade uma memória alçada a símbolo legítimo da população negra brasileira, mas que imortaliza e valida uma alegoria como memória nacional¹¹.

Recuperamos aqui este caso para destacarmos de maneira viva e contundente a discussão empreendida neste texto: o quanto memórias e patrimônios culturais estão essencialmente em disputa político-social, assim como as narrativas, alvos em batalhas envolvendo quem e como se produz conhecimento e legitimidade histórica.

A cada tempo, determinadas visões de mundo ressaltam aspectos, acontecimentos, objetos, monumentos e histórias, utilizando-se dos recursos do patrimônio e da memória para alçar sua perspectiva à condição de verdade e de identidade. Nesse sentido, importa conhecer as contradições dos processos de salvaguarda das memórias e de apropriações narrativas, analisando as tensões: de onde partem as proposições e quais vozes, a cada tempo, podem narrar o que será contado.

¹¹ Considerando a discussão sobre veracidade, mitos e etnocentrismos, não podemos deixar de lembrar dos apontamentos de Mbembe sobre o próprio projeto moderno de conhecimento, que teve suas bases firmadas na tendência do pensamento europeu ser considerado em seu próprio espelho, como uma “lógica de autoficção, de autocontemplação e até mesmo enclausuramento” (2018, p.11), bem como que as diferentes formas de violência racial

exercidas pelo pensamento etnocêntrico passam por uma mitologização, em que a “base desse mito não está apenas na separação original entre “eles e nós”. O verdadeiro problema é o seguinte: que eles não sejam como nós está errado. Mas que eles se tornem como nós também está. Para o dominador, ambas as opções são tão absurdas quanto insuportáveis” (Mbembe, 2020, p.140).

O caminho das narrativas orais como uma saída protagonizada por sujeitos

Conforme discutimos até aqui, constatamos que, a cada tempo e contexto histórico, político e social, o valor de verdade e de reconhecimento epistêmico e cultural é permeado pelas disputas em vigor. Apontamos, assim, o quanto que, neste percurso, sujeitos e grupos podem ter mais ou menos visibilizadas suas vozes e experiências nos processos históricos.

Nesse sentido, tomando sujeitos como atores sociais, entendemos o instrumento das narrativas orais como vias de “performar a subjetividade” (Kilomba, 2019), de rememorar experiências que podem ser lidas não somente como pertencentes às suas individualidades, mas também em referência aos seus pares e coletivos, como também inscreverem, com suas posições e perspectivas, as próprias histórias.

Afirmamos a escuta como o marco comum capaz de conjugar novas metodologias de trabalho e produção de conhecimento a partir da palavra. Por essa via, elegemos a História Oral como uma fonte e forma de pesquisar,

a qual Paul Thompson comprehende como:

a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas, e do registro de suas histórias de vidas. A habilidade fundamental da história oral é aprender a escutar" (Thompson, 2006, p.20).

Tendo ganhado maior representatividade no Brasil a partir da criação da Associação Brasileira de História Oral, em 1994, a história oral durante muito tempo foi alvo de questionamentos sobre tratar-se de uma metodologia, uma disciplina ou uma linha de pensamento. Apesar do testemunho oral existir ao longo da história, seja na transmissão das histórias familiares, habilidades e ofícios, muito antes da era da imprensa e da escrita, sua materialidade enquanto fonte de conhecimento nem sempre teve lugar, principalmente na academia.

A ideia de uma “memória histórica” se fez muito ancorada na suposta materialidade e concretude de documentos, arquivos e marcos “universais”, por exemplo, que levam a uma certa polarização nos estudos de memória e história. Michael Pollak

(1992) sinaliza a história como uma “ciência de síntese” que, por anos, se apoiou numa posição de crítica das fontes, o que, para o autor, guarda uma certa “ingenuidade positivista primária” que é acreditar que a reconstrução do passado é sempre e necessariamente intermediada pelo documento, por uma ideia de superioridade da fonte escrita sobre a fonte oral. Contudo, pouco se desdobrou do fato de que a história vinha sendo guardada sob fontes e perspectivas narrativas “dos vencedores”, aqueles que historicamente têm o privilégio de contar.

Do ponto de vista epistemológico, Pollak aponta a necessidade de se avançar a discussão, uma vez que a história oral abre novos campos de representações, tornando-a um instrumento privilegiado para a abertura de novas abordagens disciplinares e para a produção de conhecimento. A discussão que opõe memória e história em polos subjetivos e objetivos está ultrapassada, sendo muito mais profícuo pensar em uma continuidade potencial do que em uma oposição, como sustenta o autor.

Por se tratar de um método apoiado na memória, críticas

acadêmicas, principalmente do campo da História, tensionavam não ser possível pensar em uma reconstituição do real pelo oral, fazendo uma alusão à fonte escrita, como se a produção fosse sempre uma perspectiva de representações atravessada por um viés de parcialidade. A isso, Pollak, que inclusive considerou este como um dilema inconsistente e até mesmo superado, respondeu com rigor e deixou uma importante baliza para a sustentação do próprio conceito, ao considerar que: “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental sobre fonte escrita e fonte oral” (Pollak, 1992, p.8).

Thompson (2006) aponta que, ainda que exista muito material documentando a produção de coisas, poucos são aqueles que tratam sobre a produção de pessoas. É nesse sentido que apostar na produção de memória sob uma perspectiva da oralidade abre novas possibilidades de fazer história:

Em termos de uso do testemunho oral como evidência por parte da história das ciências sociais, a reavaliação da comunicação oral trouxe um alcance e uma visão completamente novos.

Isso também está vinculado à valorização social do testemunho e do patrimônio oral. [...] A história oral é considerada atualmente parte essencial de nosso patrimônio cultural. Essa é uma situação muito nova e, olhando para o futuro, acho que há possibilidades imensas, por exemplo, para criar novas conexões entre pessoas em mundo sociais e geográficos diferentes; através do oral, criando novas solidariedades e novos entendimentos. (Thompson, 2006: p.19).

Desta forma, consideramos que as narrativas orais podem mobilizar indivíduos, grupos e comunidades, enlaçando memórias e documentações de tradições orais, histórias de vida, favorecendo construções diversas, plurais, e sobretudo, trazendo importantes impactos para mudanças sociais.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos apresentar um panorama das abordagens sobre memória, história e narrativa para refletir sobre o papel e a condição dos sujeitos representados. Considerando a abordagem que nos alerta sobre os riscos de uma história única (Adichie, 2019) recuperamos eventos, personagens, narrativas e

fatos para pensá-los sob as contradições que atravessam seus enquadramentos históricos e disputas.

Diante dos estudos que problematizam e orientam sobre traumas sociais, símbolos políticos, reparação e renomeação históricas, nos interessa pôr em diálogo autores e pontos de vista que nos ajudem a investigar sobre quem fala, de onde fala e quem, por outro lado, escuta de forma ativa.

O propósito final desta investigação, contudo, é questionar a produção de conhecimento dentro e fora da academia que prescinde desse debate e que se basta com o emprego das referências tradicionalmente mais aceitas, visto que estas não são neutras, tampouco únicas. Desafiar esse modo de construção do saber é, em primeira medida, revisar nossas próprias bases de criação intelectual, já que forjadas na maior parte das disciplinas sob tais aspectos, ao olharmos em primeiro lugar para o modo como nós mesmas acionamos referências para lidar com pesquisas, intervenções, mas sobretudo com Sujeitos.

Como proposição e provocação trazida, portanto, entendemos que para

o imperativo deslocamento em direção à decolonialidade, à diversidade de histórias e perspectivas, retornos mais complexos e múltiplos, é necessária uma tomada de posição que sustente rever quais vozes, histórias e memórias mais têm sido ouvidas e legitimadas, frequentemente em detrimento de tantas outras serem silenciadas e marginalizadas. Afinal, “ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar – somente – quando sua voz é ouvida. Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que ‘pertencem’.” (Kilomba, 2020, p.42).

Referências

ADICHIE, Chimamanda N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda. História, memória e esquecimento - implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, 2007, p. 95-111. Disponível em:
<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FORTY, Adrian; KÜCHLER, Susanne (org.). *The art of forgetting*. Oxford; New York: Berg, 1999.

FREUD, Sigmund. [1900]. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, p. 15–36, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9B>

PqsbsDBzSM33NZcG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 mar. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. (organização de Flávia Rios e Márcia Lima). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia; Os vazios de Berlim. In: HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. p. 9–40; p. 89–116.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARBOEUF, Olivier. *Les empires intérieurs. Tumultes: Voix/Voies entravées, percées émancipatrices*. Décoloniser les arts, n. 54, 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 19 mar. 2025.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann: Em busca do tempo perdido*. 3. ed. Tradução de Mário Quintana; revisão de Olgária Chaim Féres Matos. São Paulo: Globo, 2006.

RIOS, Fabio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. *Revista Intratextos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 01–22, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102/9367>. Acesso em: 2 ago. 2019.

THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: *História falada: memória, rede e*

mudança social. São Paulo: SESC-SP;
Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do
Estado de São Paulo, 2006.

VERGÈS, Françoise. *Descolonizar o museu: programa de desordem absoluta*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

YATES, Frances A. *A arte clássica da memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.